BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação dos Srs. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, devidamente acompanhadas das notas explicativas. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente, **A Administração.**

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Milhares de Reais)

Ativo	2012	2011
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	232.256	21.887
Contas a receber (Nota 10)	36.294	11.821
Estoques (Nota 11)	89.666	101.036
Tributos a recuperar (Nota 12)		6.246
Outros ativos	4.176	3.042
	362.392	144.032
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas (Nota 28)	949	20
Tributos a recuperar (Nota 12)	6.386	5.599
Outros ativos	1.366	736
	8.701	6.355
Intangível (Nota 14)	63.563	66.437
Imobilizado (Nota 13)	349.492	329.084
	413.055	395.521
Total do ativo	784.148	545.908

Passivo e do patrimônio líquido	2012	2011
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	95.141	36.247
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	22.458	27.897
Salários a pagar	13.756	8.261
Tributos a recolher (Nota 18)	8.361	1.014
Contas a pagar (Nota 19)	7.860	8.503
	147.576	81.922
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	82.817	68.113
Partes relacionadas (Nota 28)	11.354	36.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	23.693	27.760
Provisão para contingências (Nota 25 (a))	61	
Outras contas a pagar (Nota 20)	4.527	739
	122.452	133.289
Patrimônio líquido (Nota 23)		
Capital social	487.931	302.064
Reserva de capital	2.139	25.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.644	29.997
Prejuízos acumulados	(5.594)	(26.364)
	514.120	330.697
Total do passivo e do patrimônio líquido	784.148	545.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012	2011
Receita líquida (Nota 24)	424.818	184.794
Custo das vendas	(360.201)	(180.918)
Lucro bruto	64.617	3.876
Despesas com vendas (Nota 22 (a))	(31.689)	(16.815)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22 (b))	(15.014)	(1.401)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 22 (c))	(21.182)	(26.898)
Prejuízo operacional	(3.268)	(41.238)
Receitas financeiras (Nota 22(e))	6.017	644
Despesas financeiras (Nota 22(d))	(8.712)	(6.297)
	(2.695)	(5.653)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.963)	(46.891)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	369	17.843
Prejuízo do exercício	(5.594)	(29.048)
Quantidade de ações	174.833	104.066
Prejuízo por ações (Em milhares)	(0,03)	(0,28)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nestas demonstrações do resultado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros			
	Capital	Reserva de capital	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	1.151				178	2.506		3.835
Integralização de capital (Nota 23 (a))	300.913							300.913
Reserva para futuro aumento de capital (Nota 23 (e))		25.000						25.000
Acervo transferido via reorganização societária				29.997				29.997
Prejuízo do exercício							(29.048)	(29.048)
Absorção de prejuízos com reservas					(178)	(2.506)	2.684	
Em 31 de dezembro de 2011	**302.064**	**25.000**		**29.997**			**(26.364)**	**330.697**
Redução de capital com prejuízos	(26.364)						26.364	
Integralização de capital (Nota 23 (a))	187.231							187.231
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 23 (e))	25.000	(25.000)						
Opção de compra de ações			2.139					2.139
Acervo transferido via reorganização societária				(353)				(353)
Prejuízo do exercício							(5.594)	(5.594)
Em 31 de dezembro de 2012	**487.931**		**2.139**	**29.644**			**(5.594)**	**514.120**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.962)	(46.891)
Ajustes		
Depreciação e amortização	21.059	24.851
Resultado na venda de ativos permanentes	1.552	(212)
Perdas cambiais	1.385	1.003
Despesa com Stock Option	2.140	
Despesas de juros e relacionadas	1.310	4.649
Resultado ajustado	21.484	(16.600)
Redução (aumento) nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(22.624)	(9.768)
Estoques	9.774	(9.132)
Tributos a recuperar	5.437	(2.605)
Depósitos judiciais e outros	(91)	(2)
Demais contas a receber	(941)	1.482
Fornecedores	58.506	15.037
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.358)	513
Tributos a recolher	6.927	(1.098)
Salários e encargos sociais	4.549	3.425
Contas a pagar	(646)	270
Juros pagos	(1.222)	(2.140)
Outras contas a pagar	50	(24)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	73.845	(20.642)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(21.845)	(40.338)
Compra de Intangíveis	(6.893)	(8.830)
Recebimento pela venda de equipamentos	5.744	313
Juros recebidos	5.707	285
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.287)	(48.570)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	180.000	53.450
Recebimento por empréstimos tomados	26.142	41.053
Pagamento de empréstimos - principal	(50.098)	(2.036)
Pagamento de empréstimos - juros	(2.233)	(2.501)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	153.811	89.966
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	210.369	20.754
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	21.887	1.133
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	232.256	21.887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia") uma Companhia brasileira de bens de consumo, com um portfólio de marcas tradicionais: Agecare, Alivium, Bambair, Calminex, Celestamine, Celestone, Cibrato, Cizax, Coristina, Dersab, Diprogenta, Diprosalic, Diprosone, Diprospan, Epidac, Epidrat, Episol, Fluir, Furacin, Garasone, Hidramamy, Lanidrat, Macrodantina, Milgamma, Nujo, Ovatel, Oximax, Polaramine, Pratium, Predsim, Procsim, Quadriderm, Scaflam e Tefin. É uma Companhia de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e subsidiária integral da Hypermarcas S.A. Os parques fabris estão localizados em Anápolis-GO e Rio de Janeiro- RJ. As vendas de mercadorias são substancialmente realizadas para a controladora Hypermarcas S.A. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), quando aplicável, mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de abril de 2013. **(a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC em vigor a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(c) Demonstrações de resultado abrangente:** A Companhia não possui transações classificadas como de "Outros Resultados Abrangentes", portanto não apresentando a referida demonstração. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, clientes e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante, e correspondem basicamente a aplicações financeiras de curto prazo. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalente de caixa" e "Contas a receber de clientes" (Notas 2.3 e 2.5). **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, ao final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.7. Intangíveis: Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados na extensão do prazo contratual. **(c) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **(d) Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos com desenvolvimento, inclusive com registros de genéricos, são ativados quando atendido os requisitos do CPC 04 (Ativos intangíveis). **2.8. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	31-44
Máquinas e Equipamentos	3-25
Veículos	10-25
Móveis e utensílios	3-15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e Instrução CVM 489/11 também as garantias contratuais das aquisições de empresas. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, o Empréstimo Produzir, Fomentar e o Programa de Recuperação Fiscal (Novo REFIS) são contabilizados aos seus valores presentes conforme Deliberação CVM 564/08. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.14. Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em opções (*Stock Option*) liquidados com ações da sua controladora Hypermarcas S.A., segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Hypermarcas. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), se aplicável, quando as opções são exercidas. **(b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **2.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia

continua

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Receita com venda de produtos e mercadorias:** As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador e que as disposições de aceitação tenha sido acordados e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **2.17. Arrendamentos:** Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos. Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Julgamentos contábeis críticos: Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo. **(a) Vida útil de ativos imobilizados:** A última revisão da vida útil efetuada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baseada em laudos de peritos externos independentes. Não tiveram alterações relevantes nas depreciações registradas desde referido exercício, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. **(b) Programa de opção de ações (*Stock Options*):** As estimativas das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado. **4. Gestão do risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço; risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. **(a) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem passivos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2012		2011	
	US$ mil	R$ mil	US$ mil	R$ mil
Passivo				
Fornecedores	16.173	33.050	1.682	3.155
Empréstimos e financiamentos	273	557	272	510
Exposição líquida	16.446	33.607	1.954	3.665

(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	28.531	47.127
Aplicações Financeiras	(232.256)	(21.718)
Exposição Líquida	(203.725)	25.409

(c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras. **(d) Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

					2012
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total geral
Empréstimos e Financiamentos	22.458	14.562	38.265	29.990	105.275
Fornecedores	95.141				95.141
	117.599	14.562	38.265	29.990	200.416
					2011
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total geral
Empréstimos e Financiamentos	27.897	31.544	23.247	13.322	96.010
Fornecedores	36.247				36.247
	64.144	31.544	23.247	13.322	132.257

(e) Derivativos: No ano de 2012 e 2011, a Companhia não possuía posições de instrumentos derivativos especulativos em aberto. **5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	105.275	96.010
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(232.256)	(21.887)
Dívida líquida	(126.981)	74.123
Total do patrimônio líquido	514.120	330.697
Total do capital	387.139	404.820
Índice de alavancagem financeira - %		18%

Não aplicável pois a Companhia possui mais caixas e equivalentes de caixa em 2012 do que empréstimos e financiamentos. **6. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 16). A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão classificados no Nível 2. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	Nível 2	Saldo total
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 9)	232.256	232.256
Total do ativo	232.256	232.256

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	Nível 2	Saldo total
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 9)	21.718	21.718
Total do ativo	21.718	21.718

7. Instrumentos financeiros por categoria

			2012
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber (Nota 10)	36.294		36.294
Aplicações financeiras (Nota 9)		232.256	232.256
	36.294	232.256	268.550
			2012
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		105.275	105.275
Fornecedores (Nota 15)		95.141	95.141
		200.416	200.416
			2011
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber (Nota 10)	11.821		11.821
Aplicações financeiras (Nota 9)		21.718	21.718
	11.821	21.718	33.539
			2011
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		96.010	96.010
Fornecedores (Nota 15)		36.247	36.247
		132.257	132.257

8. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA	232.256	21.887
	232.256	21.887

(*) fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*. **9. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2012	2011
Caixa e bancos	169	
Aplicações financeiras:		
Operações compromissadas	206.258	
CDB	25.998	21.718
	232.256	21.718
	232.256	21.887

As operações compromissadas têm rendimento entre 100,5% e 101% da variação do CDI. Os CDBs têm rendimento entre 100% e 100,3 % (com média ponderada de 100,1%) da variação do CDI. **10. Contas a receber:**

	2012	2011
Clientes no país	2.857	1.994
Clientes - partes relacionadas (Nota 28 (a))	33.858	9.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(421)	
	36.294	11.821

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo.
Em 31 de dezembro de 2012 o contas a receber de clientes no valor de R$ 818 encontra-se vencido mas não *impared*. Essas contas referem-se a alguns clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência e advém de reestruturação societária do grupo. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
Até três meses	57	
Acima de três meses	761	
	818	

11. Estoques

	2012	2011
Produto acabado e revenda	20.955	38.339
Produto semi-acabado	17.894	13.850
Matéria-prima	72.857	55.911
Manutenção e suprimentos	2.593	4.280
Provisão para realização de estoque (*)	(24.633)	(11.344)
	89.666	101.036

(*) incremento da provisão pelos seguintes principais motivos: • O prazo de validade utilizado para provisão para realização dos estoques de produtos acabados foi alterado de 180 para 360 dias. Essa alteração ocorreu em função da verificação do histórico de perda nos últimos meses, premissas de legislação e aspectos comerciais junto com os clientes (que apresentam restrições a determinados medicamentos com prazos de validade menores). • Resultado da avaliação do portfólio da divisão de consumo tanto pela redução do número de apresentações quanto pelas descontinuação de marcas de menor relevância. **12. Tributos a recuperar:**

	2012	2011
Impostos federais (Pis/Cofins/IPI/outros)	863	6.282
ICMS (saldo credor e substituição tributária)	4.910	5.085
IRPJ a CSLL a recuperar	613	478
	6.386	11.845
Circulante		6.246
Não circulante	6.386	5.599

13. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas Equipamentos e Instalação	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas Vasilhames e Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2011			1.051		46	6	1.103	(46)	1.057
Adições por incorporação	1.620	45.912	38.828	663	2.045	415	89.483		89.483
Cisão	189	53.288	61.414	205	2.888	2.389	120.373	82.546	202.919
Adições			9.438	165	1.330	1.184	12.117	29.095	41.212
Alienação			(100)				(100)		(100)
Transferência (*)		1	373			(1)	373	(373)	
Depreciação		(2.089)	(2.976)	(54)	(233)	(135)	(5.487)		(5.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.809	97.112	108.028	979	6.076	3.858	217.862	111.222	329.084
Custo total	1.809	109.544	149.969	857	9.524	4.861	276.564	111.222	387.786
Depreciação acumulada		(12.432)	(41.941)	122	(3.448)	(1.003)	(58.702)		(58.702)
Valor residual	1.809	97.112	108.028	979	6.076	3.858	217.862	111.222	329.084
Alocação por preço aquisição PPA			636		44		680		680
Adições	2.080		7.740		225	72	10.117	14.521	24.638
Cisão			12.081	(23)	221		12.279	844	13.123
Alienação			(7.178)		(18)	(101)	(7.297)		(7.297)
Transferência (*)		40.452	10.061	(79)		793	51.227	(51.306)	(79)
Depreciação		(3.148)	(6.237)		(483)	(789)	(10.657)		(10.657)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.889	134.416	125.131	877	6.065	3.833	274.211	75.281	349.492
Custo total	3.889	149.997	176.544	989	10.415	5.617	347.451	75.281	422.732
Depreciação acumulada		(15.581)	(51.413)	(112)	(4.350)	(1.784)	(73.240)		(73.240)
Valor residual	3.889	134.416	125.131	877	6.065	3.833	274.211	75.281	349.492

(*) Substancialmente reclassificação de imobilizações em andamento.

14. Intangível

	2012	2011
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e outros	61.202	64.010
Direitos de uso	955	1.421
Marcas e patentes	484	
Softwares	922	1.006
	63.563	66.437

Movimentação dos saldos

	Direitos de uso (i)	Marcas e patentes (ii)	Softwares	Ágio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	539			970	1.509
Alocação de preço aquisição				45.450	45.450
Cisão	1.539		812	27.661	30.012
Adições	114		194	8.522	8.830
Transferência	(196)			196	
Amortização	(575)			(18.789)	(19.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.421		1.006	64.010	66.437
Custo total	5.048	24	1.006	88.901	94.979
Amortização acumulada	(3.627)	(24)		(24.891)	(28.542)
Valor residual	1.421		1.006	64.010	66.437
Adições	57				57
Cisão	40	484		6.836	7.360
Amortização	(563)		(84)	(9.644)	(10.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	955	484	922	61.202	63.563
Custo total	5.146	507	1.006	95.067	101.726
Amortização acumulada	(4.191)	(23)	(84)	(33.865)	(38.163)
Valor residual	955	484	922	61.202	63.563

(i) substancialmente software. (ii) inclui marcas e patentes e direito de uso de marcas. **15. Fornecedores:**

	2012	2011
Fornecedores partes relacionadas (Nota 28(a))	558	1
Fornecedores no exterior (*)	33.050	3.155
	95.141	36.247

(*) O aumento do saldo da conta de Fornecedores no país em 2012 com relação ao ano de 2011 é devido a implementação de uma política de alongamento de prazos de pagamento junto aos fornecedores. **16. Empréstimos e financiamentos:**

		2012	2011
Moeda Estrangeira			
Empréstimo e Financiamento USD (i)	US$ + 3,74% a.a..	557	510
Moeda Nacional			
Capital de Giro	TR + 9,93% a 10,98% a.a; Pre-fixada 11,25% a.a.	914	
Financiamento em moeda local			
FCO	Pré-fixada 8,50% a.a..	70.230	48.373
Financiamento (*)	Pré-fixada 8,70% a.a.	1.209	
BNDES (i)	Pré-fixada de 4,50% a 6,00% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a..	32.365	47.127
		105.275	96.010
Circulante		22.458	27.897
Não circulante		82.817	68.113

(*) inclui Leasing,Finame, FINEP e fianças. (i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.
Os montantes a longo prazo dos empréstimos, financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2012
2018	52.827
2019	6.588
2020	6.588
2021	6.588
2022	6.489
2023	3.737
	82.817

(a) Garantia dos empréstimos e financiamentos

	2012	2011
Aval de acionista e ex-acionista	29.902	38.723
Imobilizado (valor líquido)	3.672	7.994
	33.574	46.717

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição dos tributos diferidos ativos: Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2013.

	2012	2011
Crédito tributário:		
Prejuízos fiscais de Imposto de renda e bases negativas de CSLL	5.709	8.776
Diferenças temporárias	12.468	4.845
Total do crédito tributário	18.177	13.621
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(18.177)	(13.621)
Saldo remanescente do crédito tributário		

(b) Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária.

	2012	2011
Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais:		
Outros ajustes de combinações de negócios	34.121	36.179
Ajustes a valor presente e outros	7.749	5.202
	41.870	41.381
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza	(18.177)	(13.621)
Saldo remanescente do passivo diferido	23.693	27.760

(c) Período estimado de realização: Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Créditos Tributários	
Período de utilização	**Total**
2013	2.482
2014	2.482
2015	745
2016 a 2022	12.468
	18.177

A estimativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2022, de acordo com estudos realizados pela Administração, haja vista a projeção de resultados positivos futuros decorrentes das reestruturações societárias.

(d) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.962)	(46.891)
Alíquota imposto de renda e contribuição social (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal	2.051	15.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras	(7.483)	(139)
(Adições)/ Exclusões - permanentes	(1.863)	(1.042)
Demais ajustes - RTT (Regime Tributário de Transição)	(2.906)	(6.491)
Compensação de prejuízos fiscais	3.067	13

continua

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

	2012	2011
IR/CS no resultado - corrente	(7.134)	8.291
Baixa de IR e CS por compensação	(3.067)	(13)
Realização IR e CS sobre diferenças temporárias	7.483	(771)
Realização de obrigações fiscais diferidas	3.087	10.336
IR/CS no resultado - diferido	7.503	9.552
Imposto de renda e contribuição social (i)	369	17.843

(i) Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais e bases negativas, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. **18. Tributos a recolher:**

	2012	2011
IRPJ a recolher		196
CSLL a recolher		50
ICMS a recolher	1.663	576
IPI a recolher	276	
PIS a recolher	1.017	
COFINS a recolher	4.670	
Programa de Recuperação Fiscal (Refis)	648	
Outros impostos a recolher	87	192
	8.361	1.014

19. Contas a pagar

	2012	2011
Fretes a pagar	1.153	1.220
Serviços prestados	4.605	3.874
Aluguéis	6	
Outras	2.096	3.409
	7.860	8.503

20. Outras contas a pagar

	2012	2011
Empréstimo Fomentar (i)		64
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (ii)	4.268	
Parcelamento de tributos/contribuições	1.429	675
	5.697	739
Passivo Circulante:		
Incluso em Salários e Encargos Sociais (INSS)	522	
Incluso em impostos a recolher (Refis) (ii)	648	
	1.170	
Passivo não circulante	4.527	739

Benefícios Fiscais ICMS: (i) A Companhia goza de benefícios fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS) relativo ao Fomentar - GO. A Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução jurídica dessa questão, bem como a movimentação de todos os Governadores e do Poder Legislativo quanto a celebração de atos que convalidem todos os benefícios fiscais já concedidos, não visualizando, no momento, futuros impactos desfavoráveis em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. (ii) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS): Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02. As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Conforme regras definidas para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, após ter protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fez os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: Abrangência dos débitos parcelados (consolidados):

	Principal	Multa	Juros	Saldo 31 de dezembro de 2012
IRPJ, CSLL,PIS e Cofins (Refis)	3.671	111	966	4.748

O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2% a.a). **21. Cobertura de seguros:** A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Cobertura
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	466.150
Valor máximo de indenização	466.150
Vendaval / fumaça	75.000
Danos elétricos	15.000

22. Composição das contas de resultado: (a) Despesas com vendas:

	2012	2011
Salários, encargos sociais e outros	(10.327)	(7.025)
Fretes e seguros sobre vendas	(180)	(1.191)
Gastos com propaganda e publicidade		(5)
Acordos, verbas e outros		(2)
Promoções, brindes e amostras	(210)	(122)
Serviços prestados	(2.706)	(2.024)
Viagens e estadas	(76)	(62)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	(14)	
Despesas com depreciações e amortizações	(10.549)	(3.326)
Outras despesas comerciais	(7.627)	(3.058)
	(31.689)	(16.815)

(b) Despesas administrativas e gerais:

	2012	2011
Salários encargos sociais e outros	(2.425)	(27)
Viagens e estadas	(3)	(61)
Doações e contribuições	(1.387)	
Serviços prestados	(10.408)	(555)
Despesas com depreciações e amortizações	(351)	(495)
Outras despesas administrativas	(440)	(263)
	(15.014)	(1.401)

(c) Outras despesas operacionais, líquidas

	2012	2011
Outras receitas (i)	1.639	2.046
Gastos com reestruturação operacional (iii)	(7.844)	(6.261)
Perdas com produtos e insumos	(15.095)	(6.995)
Perdas eventuais e outras (ii)	118	(15.688)
	(21.182)	(26.898)

(i) Em 2012, reversão de contingências. (ii) Em 2012, perdas extraordinárias com clientes. (iii)Substancialmente gastos com transferências entre plantas.

(d) Despesas financeiras:

	2012	2011
Financiamento Centro Oeste - FCO	(2.010)	(1.103)
Financiamento FINEP	(26)	(4)
FINAME - Financiamento de máquinas e equipamentos	(68)	
Financiamento BNDES	(2.588)	(1.919)
	(4.692)	(3.026)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(625)	(498)
Atualizações monetárias de contingências	(2)	
Refis	(187)	
Juros e comissão sobre carta de fiança		(21)
Variação cambial de empréstimos, líquida	(45)	(33)
Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	(1.340)	(970)
Outros	(1.794)	(1.687)
	(3.993)	(3.209)
Reversões de ajuste a valor presente	(27)	(62)
	(8.712)	(6.297)

(e) Receitas financeiras

	2012	2011
Juros ativos	138	159
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	5.879	485
	6.017	644

23. Capital social e reservas: (a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente integralizado é de R$ 487.931 (em 2011 - R$ 302.064). Em outubro de 2012, o capital social foi aumentado em R$ 75.893 mediante a emissão de 25.927.533 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em agosto de 2012, o capital social foi reduzido em R$ 26.364, mediante absorção total dos prejuízos acumulados e aumentado em R$ 64.107 mediante a emissão de 21.901.049 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em junho de 2012, o capital social foi aumentado em R$ 7.231 mediante a emissão de 2.288.789 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em abril de 2012, o capital social foi aumentado em R$ 25.000 mediante a emissão de 7.912.744 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em março de 2012, o capital social foi aumentado em R$ 40.000 mediante a emissão de 12.736.663 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em outubro de 2011, o capital social foi aumentado em R$ 13.450 mediante a emissão de 4.211.403 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em maio de 2011, o capital social foi aumentado em R$ 40.000 mediante a emissão de 13.706.422 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em abril de 2011, o capital social foi aumentado em R$ 247.463 mediante a emissão de 84.997.642 novas ações que foram subscritas e integralizadas pela Hypermarcas S.A. com ativos e passivos da Neo Química. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Retenção de lucros:** Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da lei por Sociedade por ações e prevista no artigo 28 do Estatuto Social da Companhia. **(d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Variação entre o laudo e o valor efetivo em operações de incorporação. **24. Receita:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços	486.870	263.296
Devoluções	(10.286)	(6.625)
Descontos	21	(45.589)
Impostos	(51.787)	(26.288)
Receita líquida	424.818	184.794

25. Contingências Passivas: (a) Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Depósito judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Depósito judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial
Trabalhistas	19	80	61	87		87
	19	80	61	87		87

(b) Contingências possíveis: A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual. O valor da perda possível dos processos está estimada em R$ 3.614 referentes a processos trabalhistas. A Brainfarma, subsidiária integral da Companhia, figura, como investigada em Inquérito Civil Público por meio do qual a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região verifica a possível existência irregularidades decorrentes do suposto excesso de jornada de trabalho dos colaboradores desta empresa. Trata-se de procedimento investigatório a respeito do qual não temos, neste momento, como estimar os valores envolvidos. **26. Compromissos: Compromissos com arrendamento mercantil operacional:** Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2012
Menos de um ano	3.726
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.496
Mais de cinco anos	1.459
	8.681

27. Ajustes a valor presente: Foram aplicados os ajustes a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-12/08 e CVM 564/08, para os seguintes principais passivos: Parcelamentos - O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2%). Empréstimos Fomentar - A dívida de longo prazo, remunerado a juros anual de 2,4%, é descontado a valor presente utilizando estimativa de deságio nos leilões (89%). A contrapartida dos ajustes originais é contabilizada na rubrica ICMS sobre vendas/deduções de vendas, uma vez que o valor financiado refere-se a ICMS a pagar. **28. Transações com partes relacionadas: (a) Transações e saldos:** Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do grupo Hypermarcas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo específicos e relacionados com os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI e o prazo de vencimento é de um ano. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

	31/12/2012			
	Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	Hypermarcas S.A.	Cosmed Indústria de Cosméticos Medicamentos e Ltda.	Total
Saldos				
Realizável a curto prazo		**33.838**	**20**	**33.858**
Clientes		33.838	20	33.858
Realizável a longo prazo	**535**	**414**		**949**
Mútuos	535	414		949
Passivo circulante		**(531)**	**(27)**	**(558)**
Fornecedores		(531)	(27)	(558)
		(11.354)		**(11.354)**
Mútuos		(11.354)		(11.354)
Transações		**485.594**		**485.594**
Vendas de mercadorias/ produto		485.594		485.594
Compras de mercadorias/produtos				

	31/12/2011			
	Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	Hypermarcas S.A.	Cosmed Indústria de Cosméticos Medicamentos e Ltda.	Total
Saldos				
Realizável a curto prazo		**9.827**		**9.827**
Clientes		9.827		9.827
Realizável a longo prazo	**20**			**20**
Mútuos	20			20
Passivo circulante		**(1)**		**(1)**
Fornecedores		(1)		(1)
		(36.095)	**(582)**	**(36.677)**
Mútuos		(36.095)	(582)	(36.677)
Transações		**248.782**		**248.782**
Vendas de mercadorias/ produto		248.782		248.782
Compras de mercadorias/produtos				
Juros s/ Mútuo		**1.269**		**1.269**
Despesas financeiras	430		430	
Receitas financeiras		839		839

(*) refere-se as vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2012 é de R$ 424.818 (31 de dezembro de 2011 -R$ 184.794). **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	2012	2011
Salários e outros benefícios de curto prazo	3.047	1.298
Pagamentos com base em ações	2.139	
	5.186	1.298

A DIRETORIA

Contador: Eurico José Ferreira - CRC 1/GO 6.692 "S" SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase**: Chamamos a atenção para às Notas 1 e 28 às demonstrações financeiras que descreve que as vendas de mercadorias da Companhia são realizadas substancialmente para a sua controladora Hypermarcas S.A. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 15 de abril de 2013

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Valdir Renato Coscodai
Contador
CRC 1SP165875/O-6 "S" RJ